

Líderes definem hoje a votação do Plano Itamar

29 ABR 1993

CORREIO BRAZILIENSE

Uma reunião de líderes dos partidos na Câmara marcada para hoje, às 11h, deve definir a tramitação dos projetos que integram o Plano de Ação do Governo. O líder do Governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), quer garantir a votação dos projetos que formam a parte econômica do plano num prazo máximo de 15 dias.

Todos os projetos devem tramitar em regime de urgência, disse Freire. "Mas alguns são mais urgentes", destacou. Entre os que precisam ser votados imediatamente, o líder do Governo incluiu o que transforma o Conselho Administrativo de Defesa da Economia em Autarquia. O objetivo da medida é dar mais agilidade e autonomia ao Cade, para que a repressão ao abuso do poder econômico seja mais efetiva.

Também deve ser pedida a urgência-urgentíssima para os seguintes projetos: que amplia para cem por cento a participação do capital estrangeiro na privatização das empresas estatais; que

dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor público; que cria estímulos à exportação de veículos, peças e componentes automotivos; e para o que extingue o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e estabelece que suas atividades serão repassadas gradativamente a estados e municípios.

O líder do Governo pretende garantir a votação da parte administrativa do Plano até o final de maio e, num período intermediário (provavelmente entre os dias 10 e 20), a do projeto que cria um plano de carreira para a área de Ciência e Tecnologia dentro do serviço público.

Durante a reunião de líderes, também será pedida a urgência-urgentíssima para a tramitação do projeto do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF). Isso, apesar da resistência do PPR e de parte do PFL, que continuam contra a cobrança

do tributo.

Barulho — A bancada do PDT na Câmara dos Deputados criticou ontem, em reunião, as medidas do plano econômico do Governo. O líder do partido, deputado Luiz Salomão (RJ), disse que o plano não enfrenta o processo inflacionário e não contém propostas para estimular a retomada do crescimento. "Fizeram muito barulho, mas só saiu um ratinho, e ainda por cima canceroso", disse Salomão.

O PDT decidiu votar contra a medida que permite a entrada de até cem por cento de capital estrangeiro na compra de empresas estatais. O partido também vai se opor à medida provisória que concede descontos aos devedores de impostos federais. "É um escárnio vindo de quem diz se preocupar com uma política de ajuste fiscal", atacou Salomão. A ideia de extinguir o Inamps também será combatida pelos petistas. Segundo Salomão, o fim do órgão pode significar o fim das investigações das fraudes.